

ICANN 65 / 2019 – Marrakech

Flávia Lefèvre Guimarães – representante 3º Setor no CGI.br

Relatório participação

Reuniões

Acompanhei principalmente as reuniões ocorridas no Governmental Advisory Committee, tendo em vista o tensionamento entre o board da ICANN e os governos, que cresceu por conta do deferimento do recurso da Amazon, na disputa do nome de domínio .Amazon e suas consequências para os países amazônicos, bem como por conta da definição de procedimentos para registros de Country Code Top-Level Domain (ccTLD).

Vale considerar que o Brasil vinha desempenhando um papel preponderante nas mesas de negociação a respeito do tema. Entretanto, o governo brasileiro, segundo relato de representantes do Ministério das Relações Exteriores, determinou que o país não participe de mesas das quais participe a Venezuela, por força do que o Brasil se retirou das negociações, o que pode ter tido uma parcela de peso no desenrolar do processo na ICANN.

A decisão da ICANN, ocorrida antes de esgotadas todas as alternativas procedimentais para se encontrar uma decisão de consenso, levou a que se concretizassem previsões no sentido de abalo na credibilidade do caráter internacional e neutro da organização.

Importante considerar que os riscos de enfraquecimento do caráter internacional da ICANN, que teve um marco em 2014 com as revelações de Edward Snowden e levou ao processo de revisão das funções IANA, se acirram com a decisão do board quanto o .Amazon; inclusive porque recrudescer a crítica dos membros do GAC quanto ao papel de advisory deste comitê, dentro de uma estrutura multissetorial.

Ou seja, cresce espaço para a crítica de que os governos deveriam ter equiparação de representação com os demais grupos na estrutura da ICANN, especialmente por conta de se viabilizar mais espaço para que questões afetas a interesse público sejam consideradas nos processos de decisão.

Governmental Advisory Committee (GAC) e

1. Discussões a cerca de CCTLD e códigos de duas letras no segundo nível. GAC demandou do Board da ICANN alterações quanto aos mecanismos de notificação dos governos sobre pedidos de registro de CCTLDs. Instaurou-se impasse diante da resistência do Board em serem atendidas as demandas dos países.
2. GAC apresentou o trabalho sobre direitos humanos realizado pelo GT de acessibilidade e gênero – desenvolvimento de web site: diversity – accessibility.
3. Tratou-se do processo envolvendo o .Amazon, com relato extenso sobre o processo de troca de comunicações entre GAC, board da ICANN e Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), bem como do desenrolar da situação desde 2012, com destaques para os dissensos iniciais e depois o consenso entre os países.

Brasil afirmou que ICANN, ao autorizar o .Amazon em favor da empresa americana, desrespeitou o estatuto, que traz referência clara ao respeito às políticas públicas dos Estados, bem como aos temas de natureza politicamente sensíveis. Brasil lamentou a decisão do board da ICANN que ignorou o interesse público e propôs um comunicado com estas considerações.

Colômbia se manifestou sobre a necessidade do consentimento dos países da OTCA e afirmou que ICANN ignorou duas recomendações do GAC. Destacou que o precedente aberto com a decisão do board preocupa, pois é necessário haver mecanismos para proteger as necessidades e a representação dos povos envolvidos, assim como seus aspectos culturais. Afirmou, ainda que a ICANN negou a solicitação da Colômbia de vista dos documentos da Amazon, sob a justificativa de sigilo, o que originou a interposição de recurso pedindo a reconsideração da decisão, apoiado na seção 12, § 2º do estatuto da ICANN. O precedente é grave quanto ao uso de nomes geográficos e que a decisão recorrida afeta 348 milhões de pessoas.

Perú leu a manifestação dos presidentes dos países andinos, contra a delegação do .Amazon à empresa em caráter exclusivo o domínio de

primeiro nível contra recomendação do GAC. Afirmou que ICANN privilegiou o interesse privado sobre o interesse público dos países. Insistiu que se busque uma solução negociada e consensual. Fez referência a publicação de artigo em jornal marroquino “Como Amazon fez prevalecer seu interesse”.

Venezuela também se manifestou rechaçando a decisão da ICANN.

Suíça se manifestou em apoio à posição dos países da OTCA e defendeu também a necessidade de se ter uma decisão negociada. Fez referência a outros conflitos na ICANN em que se chamou conciliadores externos.

Uruguai se manifestou também contra a decisão da ICANN, defendendo solução mutuamente aceitável.

Comissão Europeia também defendeu solução mutuamente aceitável, com base no interesse público. Além disso afirmou que ICANN não considerou o Comunicado.

Argentina reiterou as diversas manifestações e relacionou o tema do .Amazon com a nova rodada de discussão sobre o uso dos nomes geográficos.

Portugal destacou o interesse público e lamentou que a decisão da ICANN não tenha considerado as posições do GAC, desconsiderando a lógica multissetorial, deixando governos de fora, bem como destacou a gravidade do precedente.

EUA manifestou-se discordando em geral das falas dos demais países, afirmando que não pode aceitar os termos daquelas manifestações.

4. Registro de Códigos de Países de Segundo Nível (CCTLD): ICANN apresentou em reunião do GAC do mecanismo de disponibilização para os governos dos pedidos de registro de códigos de países de duas letras.

Países respondem dizendo que a ferramenta não afasta confusões e pode criar complexidades (p.ex. o GTLD pode ter sido registrado como CCTLD). Foram externadas preocupações com o uso indevido desse mecanismo.

Iran manifestou-se no sentido de que o guia do solicitante deve ser a regra a ser observada. Sugeriu que ICANN realizasse enquete para que os países pudessem opinar.

Houve manifestações expressando preocupações com reações, como possível iniciativa da Rússia de fazer uma rede fechada, entre outros países.

5. WHOIS e política de proteção de dados: Expedited Policy Development Process (EPDP): Apresentação do modelo pelo grupo de estudos técnicos, que já vem sendo utilizado pela comunidade europeia.

WIPO envolvida com ICANN trazendo questões de propriedade intelectual e legítimo interesse.

Está sendo feito levantamento com a relação de agências de proteção de dados, de associações de consumidores e autoridades, identificando as infraestruturas críticas e autoridades de segurança, no âmbito da comunidade europeia.

Iran fez crítica no sentido de que as divergências quanto a conceitos não estariam sendo resolvidas pelo grupo técnico.

Cross Community Working Group (CCWG)

Agenda geral sobre governança da Internet, com a criação de um novo grupo para atualização dos novos temas. Houve sugestões para incluir nos trabalhos expert em tecnologia e direito.

Ponderou-se que a ICANN tem ficado silente quanto às grandes discussões que envolvem a Internet, como cibersegurança.

Detalhes sobre um olhar mais geral sobre o todo das reuniões ocorridas na ICANN 65 encontram-se no relatório preparado pela assessoria do CGI.br, que pode ser acessado a partir deste link:

<https://observatorioidainternet.br/post/relato-da-icann-65-em-marraquexe>

São Paulo, 6 de novembro de 2019

Flávia Lefèvre Guimarães